

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.844 - SP
(2020/0023163-1)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : THAIS SAYEG
ADVOGADO : GUILHERME CORONA RODRIGUES LIMA E OUTRO(S) -
SP305583
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por **Thais Sayeg** contra o acórdão às fls. 413/447, proferido à unanimidade do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, resumido pela seguinte ementa:

MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE SERVIDOR CANDIDATA NÃO CLASSIFICADA NO NÚMERO DE VAGAS ORIGINARIAMENTE OFERECIDAS NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME - DESISTÊNCIAS DE CANDIDATOS MELHOR CLASSIFICADOS - NOMEAÇÃO A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO INEXISTENTE - HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA DENTRE AQUELAS PREVISTAS EM ENTENDIMENTO SEDIMENTADO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES - INCONFORMISMO QUANTO AO PRAZO MÍNIMO DE 15 DIAS ESTABELECIDO PARA A PRÉVIA CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER AMPARADO PELA VIA MANDAMENTAL SEGURANÇA DENEGADA

I - Insurge-se a impetrante contra ato praticado pela Presidente desta Corte, que, diante da desistência manifestada por dois candidatos aprovados no certame em posição inferior à sua, deixou de convocá-la para a realização da inspeção médica oficial.

II - A impetração está lastreada em suposto direito líquido e certo à nomeação da impetrante para o cargo de Analista Judiciário — Área Judiciária — Unidade de Classificação Tribunal Regional Federal da 3^a Região e Seção Judiciária do Estado de São Paulo - Capital. Tal direito decorreria do fato de que a impetrante figura em colocação que faz jus ao cargo já

determinado e nomeado pelo ente público, que reconheceu a existência da vaga ao convocar candidatos classificados em posição anterior a da impetrante, que manifestaram desistência à nomeação.

III - Não resta evidenciado qualquer erro da Administração na condução dos procedimentos do certame que pudessem conduzir à suposta violação do direito líquido e certo da impetrante de ser nomeada para o concurso público.

IV - A Administração, ciente da desistência manifestada e de possíveis abstenções previsíveis em concursos públicos, já promove a convocação para a realização de inspeção médica de candidatos aprovados em número superior às vagas disponibilizadas.

V - Ainda que a impetrante tivesse sido convocada para a realização de inspeção médica oficial, tal circunstância, por si, não seria suficiente para gerar direito líquido e certo à sua nomeação.

VI - As duas vagas decorrentes das desistências de candidatos melhor classificados do que a impetrante, nas quais se fia para sustentar seu direito à nomeação, considerando que a última nomeação para o cargo de Analista Judiciário — Unidade Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Seção Judiciária de São Paulo — Capital se efetivou para a candidata classificada na 268ª posição, e as candidatas aprovadas nas 269ª e 270ª posições foram desclassificadas por não comparecerem à inspeção médica. Igualmente não enseja o direito postulado, na medida em que a Administração, no uso da discricionariedade que lhe cabe para a nomeação de servidores, analisando os claros de lotação, e obedecido o princípio da impessoalidade, legalidade e eficiência, decidiu prover as referidas vagas de outra forma após as desistências supramencionadas, aproveitando as autorizações existentes para nomear candidato aprovado na Unidade de Classificação do Interior e um cargo de Técnico Administrativo na Unidade de Classificação da Seção Judiciária de São Paulo — Capital.

VII - A jurisprudência colacionada pela impetrante não se amolda ao caso vertente, pois as vagas decorrentes das desistências manifestadas pelos candidatos classificados em posição anterior à sua, foram utilizadas pela Administração em outras Unidades de Classificação (Analista para o Polo Interior) e outro cargo (Técnico Judiciário para o Polo Capital), porquanto a autorização concedida pelo Conselho da Justiça Federal, para provimento de cargos com impacto orçamentário, não vinculou a vaga a um determinado cargo, de forma que poderia ser nomeado candidato aprovado para o cargo de Analista Judiciário, Técnico Judiciário ou Juiz Federal Substituto. VIII - Desarrazoada a alegação da impetrante quanto ao "excesso de formalismo na observância de prazo editalício

estipulado a favor do candidato", porquanto é cediço que o edital constitui a regra do certame (princípio da vinculação) e, assim, é de observância obrigatória pela Administração, que não pode alterar qualquer das regras a seu talante para beneficiar este ou aquele candidato, sob pena de caracterizar evidente violação aos princípios legalidade e da isonomia, que devem nortear os atos da Administração. Precedentes dos tribunais superiores.

IX - Improperável o pretendido afastamento de regra prevista no edital de abertura do concurso, à qual a candidata anuiu sem quaisquer ressalvas.

X - Legalidade da previsão do edital de abertura do concurso que estabelece a realização da inspeção médica oficial em momento anterior à nomeação, haja vista que o artigo 14, da Lei no 8112/90 estipula que a inspeção médica oficial constitui fase obrigatória e somente podem tomar posse os candidatos nela aprovados, não consignando o legislador em qual momento anterior à posse essa inspeção médica deve ser realizada.

XI - Segurança denegada. (fls. 428/430).

Nas razões recursais, às fls. 452/467, a recorrente reedita a argumentação veiculada pela inicial e defende que, *"se a Administração não tivesse equivocadamente incluído os dois candidatos cuja desistência fora apresentada com antecedência, a impetrante teria sido convocada para perícia médica, requisito para nomeação e posse"* (fl. 458). Requer, assim, o provimento do recurso ordinário, *"para o fim de viabilizar a sua convocação em tempo razoável e adequado para realização dos exames de avaliação médica e procedam à sua nomeação para o cargo"* (fl. 467).

Em contrarrazões, fls. 472/478, o Estado de São Paulo requer o não provimento do recurso e a manutenção integral do acórdão, destacando que *"a Presidência da Comissão de Concurso observou a legislação de regência, de forma correta e, dentro da sua competência administrativa/funcional"* (fl. 478).

O Ministério Público Federal, pela Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Tulio, manifestou-se pelo provimento do presente recurso, consoante parecer às fls. 494/500.

Recurso tempestivo e com representação regular (fl. 35).

Custas recolhidas (fls. 468/469).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Em que pese a irresignação da recorrente, não lhe assiste razão.

Em obra conjunta, Eduardo CAMBI, Rogéria DOTTI, Paulo Eduardo d'Arce PINHEIRO, Sandro Gilbert MARTINS e Sandro Marcelo KOZIKOSKI ensinam que, *"por força do princípio da dialeticidade, se exige que o recorrente apresente os motivos específicos de seu inconformismo, declinando os fundamentos que demandam a anulação, reforma ou integração da decisão recorrida"*, razão pela qual, segundo os mesmos doutrinadores, *"há um ônus intrínseco a ser observado pelo recorrente, qual seja: a impugnação dos fundamentos da decisão judicial, sob pena de não conhecimento do recurso"* (Curso de processo civil completo. São Paulo: RT, 2017, p. 1470).

Também a consolidada jurisprudência do STJ assinala que, *"pelo princípio da dialeticidade, se impõe à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido"* (**AgInt no RMS 58.200/BA**, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, 1ª Turma, DJe 28/11/2018).

No caso ora examinado, a recorrente **não** logrou se desvencilhar de tal encargo, como a seguir se demonstrará.

O acórdão recorrido, como se extrai de sua própria ementa (fls. 428/430), se erigiu, essencialmente, sobre sete premissas, a saber:

(i) *Não resta evidenciado qualquer erro da Administração na condução dos procedimentos do certame que pudessem conduzir à suposta violação do direito líquido e certo da impetrante de ser nomeada para o concurso público. A Administração, ciente da desistência manifestada e de possíveis abstenções previsíveis em concursos públicos, já promove a convocação para a realização de inspeção médica de candidatos aprovados em número superior às vagas disponibilizadas;*

(ii) *Ainda que a impetrante tivesse sido convocada para a realização de inspeção médica oficial, tal circunstância, por si, não seria suficiente para gerar direito*

líquido e certo à sua nomeação;

(iii) As duas vagas decorrentes das desistências de candidatos melhor classificados do que a impetrante, nas quais se fia para sustentar seu direito à nomeação, considerando que a última nomeação para o cargo de Analista Judiciário — Unidade Tribunal Regional Federal da 3.^a Região e Seção Judiciária de São Paulo — Capital se efetivou para a candidata classificada na 268.^a posição, e as candidatas aprovadas nas 269.^a e 270.^a posições foram desclassificadas por não comparecerem à inspeção médica. Igualmente não enseja o direito postulado, na medida em que a Administração, no uso da discricionariedade que lhe cabe para a nomeação de servidores, analisando os claros de lotação, e obedecido o princípio da impessoalidade, legalidade e eficiência, decidiu prover as referidas vagas de outra forma após as desistências supramencionadas, aproveitando as autorizações existentes para nomear candidato aprovado na Unidade de Classificação do Interior e um cargo de Técnico Administrativo na Unidade de Classificação da Seção Judiciária de São Paulo — Capital;

(iv) A jurisprudência colacionada pela impetrante não se amolda ao caso vertente, pois as vagas decorrentes das desistências manifestadas pelos candidatos classificados em posição anterior à sua, foram utilizadas pela Administração em outras Unidades de Classificação (Analista para o Polo Interior) e outro cargo (Técnico Judiciário para o Polo Capital), porquanto a autorização concedida pelo Conselho da Justiça Federal, para provimento de cargos com impacto orçamentário, não vinculou a vaga a um determinado cargo, de forma que poderia ser nomeado candidato aprovado para o cargo de Analista Judiciário, Técnico Judiciário ou Juiz Federal Substituto

(v) Desarrazada a alegação da impetrante quanto ao "excesso de formalismo na observância de prazo editalício estipulado a favor do candidato", porquanto é cediço que o edital constitui a regra do certame (princípio da vinculação) e, assim, é de observância obrigatória pela Administração, que não pode alterar qualquer das regras a seu talante para beneficiar este ou aquele candidato, sob pena de caracterizar evidente violação aos princípios legalidade e da isonomia, que devem nortear os atos da Administração. Precedentes dos tribunais superiores;

(vi) *Improsperável o pretendido afastamento de regra prevista no edital de abertura do concurso, à qual a candidata anuiu sem quaisquer ressalvas;*

(vii) *Legalidade da previsão do edital de abertura do concurso que estabelece a realização da inspeção médica oficial em momento anterior à nomeação, haja vista que o artigo 14, da Lei n.º 8112/90 estipula que a inspeção médica oficial constitui fase obrigatória e somente podem tomar posse os candidatos nela aprovados, não consignando o legislador em qual momento anterior à posse essa inspeção médica deve ser realizada.*

Nas razões recursais, ao seu turno, não cuidou a recorrente de impugnar, de forma específica e fundamentada, as bases jurídicas do acórdão questionado, antes, limitou-se a discordar da solução final e insistir na argumentação já trazida na inicial de que, *"se a Administração não tivesse equivocadamente incluído os dois candidatos cuja desistência fora apresentada com antecedência, a impetrante teria sido convocada para perícia médica, requisito para nomeação e posse"* (fl. 458).

Nesse contexto, bem se vê que não houve o combate específico e integral aos fundamentos do aresto combatido, em desprestígio ao princípio da dialeticidade, o que impede o conhecimento do apelo, em conformidade com o previsto no art. 932, III, do CPC.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. BACHARELADO EM DIREITO. PREVISÃO APENAS EM REGRAMENTO EDITALÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PROSEGUIMENTO DO CERTAME. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO ESTABELECIDO EM PRECEDENTE. REPERCUSSÃO GERAL. RE 600.855/RS. RAZÕES RECURSAIS. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

1. Entre a motivação utilizada como fundamento do julgamento e as razões do recurso que impugna tal decisão deve haver relação de congruência, de maneira a permitir que o órgão com competência recursal possa examinar a juridicidade da "ratio decidendi", pena de inobservância do ônus da dialeticidade.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 56.965/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 31/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

2. Pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido. 3.

Incidem as Súmulas 283 e 284 do STF, em aplicação analógica, quando não impugnado fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, sendo considerada deficiente a fundamentação do recurso.

4. Agravo desprovido.

(AgInt no RMS 58.200/BA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/11/2018)

Portanto, na linha da jurisprudência desta Corte Superior, a apontada irregularidade formal, porque violadora do princípio da dialeticidade, impede, só por si, o conhecimento do recurso ordinário.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC, e 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço** do presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator